

Daniel Castro Gomes da Costa

Prefácio
Luís Roberto Barroso

Apresentação
Antônio Eduardo Baltar Malheiro de Magalhães

PARTIDOS POLÍTICOS E COMPLIANCE

2ª edição ampliada e atualizada



“Como costumo afirmar, nas democracias, política é gênero de primeira necessidade. Se há problemas estruturais nos sistemas político, partidário e eleitoral, as soluções buscadas devem também ser estruturais. Não se pode permitir que o indispensável enfrentamento da corrupção conduza à criminalização da política, tampouco é possível aceitar passivamente que a nobreza da política sirva para encobrir comportamentos inaceitáveis. Integridade, cumprimento das leis e preservação de valores republicanos devem ser, idealmente, comportamentos espontâneos. Autorregulação responsável é, por certo, muito mais desejável que a repressão estatal, mesmo pela via da Justiça Eleitoral. Para superar o descrédito predominante, os partidos políticos precisam se reinventar, mudando práticas internas, aumentando sua identificação com a sociedade e, sobretudo, atraindo novos quadros. Há, na sociedade brasileira, uma imensa demanda por integridade, idealismo e patriotismo. As instituições têm que ser capazes de atendê-la. Deixo o leitor na boa companhia do trabalho de Daniel Castro Gomes da Costa, uma contribuição valiosa para as mudanças de paradigma que estamos precisando concretizar no Brasil.”

Luís Roberto Barroso
Ministro do Supremo Tribunal Federal. Presidente do
Tribunal Superior Eleitoral.

Área específica

DIREITO ELEITORAL

Áreas afins

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.
DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO PÚBLICO.
DIREITO CONSTITUCIONAL.
DIREITO ADMINISTRATIVO

Público-alvo/consumidores

Todos os operadores do direito

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO: 10003283

C837p Costa, Daniel Castro Gomes da
Partidos políticos e compliance / Daniel Castro Gomes da Costa. 2ª edição. –
Belo Horizonte : Fórum, 2022.

354p.; 14,5x21,5cm

ISBN: 978-65-5518-361-0

1. Direito Eleitoral. 2. Direito Internacional Público. 3. Direito Administrativo. I. Título.

CDD 324.63
CDU 342.8

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COSTA, Daniel Castro Gomes da. *Partidos políticos e compliance*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 354p. ISBN 978-65-5518-361-0.

“O Autor consegue transmitir esta sua Mensagem com o realismo típico de um conhecedor exímio da *ambience* jurídico-política em que se integra, mormente quando diagnostica os seus “vícios” concretos, para além das suas abstractas “virtudes”, bem como com os olhos de um douto e interessado Cultor do Direito Público que pensa e formula os “remédios” jurídicos adequados e justos a serem necessariamente prescritos como terapêutica de reabilitação e de aperfeiçoamento de um Sistema Político Democrático, como o é e será aquele que emerge da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.”

António Eduardo Baltar Malheiro de Magalhães
Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Daniel Castro Gomes da Costa

Advogado. Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo Centro de Direitos Humanos da Universidade de Coimbra (Portugal), com período de pesquisa na *Harvard Law School* (EUA). Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal). Juiz Titular do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. Ex-Vice-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (2020). Juiz Ouvidor do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (2021/2022). Ex-Vice-Presidente da Comissão Especial de Direito Eleitoral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (2019/2022). Professor em diversos cursos de pós-graduação em direito eleitoral e administrativo. Autor de diversas obras jurídicas, entre as principais: *Curso de direito processual eleitoral* (Fórum), *Partidos políticos e compliance* (Fórum), *Democracia, justiça e cidadania* (Fórum), *Direito eleitoral comparado* (Fórum), *Direito regulatório* (Fórum), *Segurança jurídica e as alterações na jurisprudência tributária* (Pillares) e *Comentários à Minirreforma Eleitoral* (Pillares).

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO EM BUSCA DE INTEGRIDADE

| | |
|--|----|
| Luís Roberto Barroso | 15 |
| 1 O autor e a sua trajetória | 15 |
| 2 Breve reflexão sobre os temas desta obra | 16 |
| 3 O livro e a sua relevância | 17 |
| 4 Conclusão | 19 |

APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

| | |
|--|----|
| Antônio Eduardo Baltar Malheiro de Magalhães | 21 |
|--|----|

| | |
|------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 25 |
|------------------|----|

CAPÍTULO 1

PARTIDOS POLÍTICOS.....29

| | |
|--|-----|
| 1.1 Conceito | 29 |
| 1.1.1 Natureza jurídica | 32 |
| 1.1.2 Função e importância dos partidos políticos | 34 |
| 1.2 Sistema constitucional brasileiro – Pluripartidarismo | 36 |
| 1.3 Histórico dos partidos políticos no Brasil | 37 |
| 1.4 Princípios e postulados que conduzem a atuação dos partidos políticos..... | 41 |
| 1.5 Autonomia dos partidos políticos..... | 51 |
| 1.6 Criação e registro dos partidos políticos..... | 55 |
| 1.6.1 Extinção, incorporação e fusão de partidos políticos..... | 60 |
| 1.6.2 Renomeação dos partidos políticos | 63 |
| 1.6.3 Atuais partidos políticos brasileiros | 66 |
| 1.7 Cláusula de barreira..... | 68 |
| 1.8 Órgãos partidários..... | 71 |
| 1.8.1 Diretórios nacional, estadual e municipal | 75 |
| 1.8.2 Intervenções e comissões provisórias nos partidos políticos..... | 76 |
| 1.8.3 Responsabilidade dos órgãos partidários..... | 79 |
| 1.9 Privilégios e vedações aos partidos políticos | 81 |
| 1.10 Filiação partidária..... | 83 |
| 1.11 Espécies de desfiliação partidária | 85 |
| 1.12 Fidelidade partidária | 85 |
| 1.12.1 Diferenças entre os sistemas majoritário e proporcional..... | 86 |
| 1.12.2 Possibilidade de migração de legendas e janela partidária | 88 |
| 1.12.3 Infidelidade partidária..... | 91 |
| 1.13 Competência e procedimento | 96 |
| 1.14 Convenções partidárias | 97 |
| 1.15 Registro de candidatos | 100 |
| 1.15.1 Coligações..... | 102 |
| 1.15.2 Preenchimento da cota de gênero | 104 |
| 1.16 Financiamento dos partidos políticos | 108 |
| 1.17 Aplicação mínima obrigatória em políticas públicas para as mulheres..... | 112 |
| 1.18 Prestação de contas dos partidos políticos | 114 |
| 1.18.1 Natureza jurisdicional | 117 |
| 1.18.2 Sanção por desaprovação ou não prestação contas..... | 119 |
| 1.19 Candidaturas avulsas | 125 |

CAPÍTULO 2

PROBLEMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DO SISTEMA POLÍTICO-ELEITORAL BRASILEIRO: PARTIDOS POLÍTICOS E CANDIDATURAS – UMA ANÁLISE LEGAL, JURISPRUDENCIAL E SOCIOECONÔMICA 129

| | |
|---|-----|
| 2.1 Recapitulando: breve histórico do financiamento político partidário no Brasil | 129 |
|---|-----|

| | | |
|-------|--|-----|
| 2.2 | Novo modelo de financiamento dos partidos políticos e candidaturas: utilização dos recursos públicos e das contribuições privadas..... | 132 |
| 2.2.1 | Fundo partidário | 133 |
| 2.2.2 | Doações privadas..... | 134 |
| 2.2.3 | Fundo Especial de Financiamento de Campanha | 135 |
| 2.2.4 | Contratação de parentes e empresas de parentes com recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral Especial de Financiamento de Campanha para atuarem nas campanhas eleitorais | 135 |
| 2.2.5 | Contratação de advogados com recursos do Fundo Partidário para defender filiados em ações eleitorais..... | 140 |
| 2.2.6 | O “caixa” dois de campanha..... | 142 |
| 2.3 | Políticas paritárias em relação a mulheres e demais minorias | 143 |
| 2.3.1 | Fraude à cota de gênero (“candidaturas laranjas”)..... | 145 |
| 2.3.2 | Não aplicação do percentual mínimo do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para mulheres | 148 |
| 2.4 | Fim das coligações proporcionais | 150 |
| 2.5 | Crise ideológica dos partidos brasileiros | 151 |
| 2.6 | Mídia digital e o fenômeno das redes sociais: uma nova realidade...153 | |
| 2.6.1 | <i>Fake news</i> : a nova vilã da democracia | 155 |
| 2.6.2 | Divulgação da atuação parlamentar e dos candidatos | 156 |
| 2.7 | Proteções de dados | 158 |
| 2.8 | Abusos na utilização dos institutos das intervenções e comissões provisórias | 161 |
| 2.9 | Criminalização da atividade política..... | 163 |
| 2.10 | Transparência nos partidos políticos..... | 164 |
| 2.11 | Ausência de democracia intrapartidária | 169 |

CAPÍTULO 3

| | | |
|---------|--|------------|
| | COMPLIANCE ELEITORAL E PARTIDÁRIO..... | 173 |
| 3.1 | <i>Compliance</i> | 174 |
| 3.1.1 | Origem | 176 |
| 3.1.2 | Conceito e objetivos | 178 |
| 3.1.3 | Diferenças entre programa de integridade e programa de conformidade | 184 |
| 3.1.4 | <i>Compliance</i> no mundo | 186 |
| 3.1.4.1 | Estados Unidos | 188 |
| 3.1.4.2 | Canadá | 193 |
| 3.1.4.3 | Reino Unido | 198 |
| 3.1.4.4 | Portugal..... | 203 |
| 3.1.4.5 | França | 210 |
| 3.1.4.6 | Austrália..... | 212 |
| 3.1.4.7 | Espanha | 214 |
| 3.1.4.8 | Colômbia | 218 |
| 3.1.4.9 | Chile | 221 |
| 3.2 | <i>Compliance</i> na Administração Pública | 222 |
| 3.3 | <i>Compliance</i> eleitoral..... | 228 |
| 3.3.1 | No Brasil | 230 |
| 3.3.2 | Lei Anticorrupção | 231 |
| 3.3.3 | (In)aplicabilidade aos partidos políticos e candidaturas | 236 |
| 3.3.4 | Lei da Transparência | 238 |
| 3.3.5 | Outras legislações..... | 240 |
| 3.3.6 | Projetos de Lei do Senado nº 60/2017 e nº 429/2017 | 244 |
| 3.4 | <i>Compliance</i> e autonomia partidária | 249 |
| 3.5 | Medidas de prevenção por meio do <i>Compliance</i> | 252 |
| 3.5.1 | Relacionamento com terceiros..... | 257 |
| 3.5.2 | Utilização das mídias sociais e combate a <i>fake news</i> | 259 |
| 3.5.3 | Fraude na cota de gênero..... | 263 |
| 3.5.4 | Transparência na prestação de contas..... | 264 |
| 3.6 | Como implementar um programa de <i>compliance</i> nos partidos políticos? | 265 |
| 3.6.1 | Transparência e eficiência | 266 |
| 3.6.2 | Manual de integridade ou código de conduta..... | 269 |
| 3.6.3 | Capacitação e treinamento | 272 |
| 3.6.4 | Auditorias independentes e <i>compliance officer</i> | 273 |
| 3.6.5 | Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e os partidos políticos ... | 275 |
| 3.6.6 | Cultura do <i>compliance</i> : ouvidoria, comitês, monitoramento e aprimoramento | 280 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 3.6.7 | Poder normativo para regulamentar o <i>compliance</i> | 283 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 285 |
| | REFERÊNCIAS..... | 289 |

ANEXOS

| | |
|---|-----|
| ANEXO I – Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral sobre partidos políticos..... | 311 |
| ANEXO II – Repertório Temático de Jurisprudência..... | 313 |